

Política



BALANÇO DE 2023

Só 17 deputados não se ausentaram

Levantamento aponta que a maior parte das 'caxias' são da base de Lula



ZERANDO O JOGO

Governo recua, acena com prazo para pagar emendas e tenta debelar crise com Congresso

VICTORIA AREL, JENNIFER GILARTE, CAMILA TURTELLI E SÉRGIO ROND
@victoriaarel, @jenniferg, @camilaturtelli, @sergiomond

Na tentativa de amenizar o momento turbulento com o Congresso, impulsionado pelo veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão, o governo prepara uma série de acenos aos parlamentares. O principal deles é instituir um calendário para o pagamento das verbas indicadas por congressistas, demanda antiga do Parlamento. O Palácio do Planalto também sinalizou que vai manter distância da eleição para a presidência da Câmara, que já movimentou deputados, e há ainda negociações para desativar o repasse de recursos do Ministério da Saúde.

Os movimentos ocorrem em um início de ano em que, mal os trabalhos do Legislativo recomeçaram, a pressão sobre o Executivo subiu de tom. Na sessão de volta do Congresso, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), fez um discurso repleto de recados diretos. Ele afirmou que o Orçamento "pertence a todos", não só ao Executivo, e cobrou o cumprimento de acordos — mensagem direcionada ao ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais), com quem está rompido. O acirramento da tensão levou a um confronto com Lula, em que combinaram que o jogo, de agora em diante, "está zerado", segundo disseram interlocutores de ambos.

RECUSO SOB PRESSÃO
Nesta toada, o governo planeja a apresentação de um cronograma para a liberação de emendas com programação de empenho até julho, mas limite para o desembolso de verbas aos municípios antes das eleições municipais de outubro. A ideia é que o calendário do Planalto substitua aquele elaborado pelos deputados e incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), mas vetado por Lula.

A negociação vem na sequência de outra trava que irritou parlamentares: as

Q Vair ser um calendário (para pagamento de emendas) exequível, melhor do que havia sido proposto (pelo Congresso). Os parlamentares compreendem que é impossível o Parlamento determinar a execução. Não é realista.

Randolfo Rodrigues, líder do governo no Congresso



Animosidade. Plenário da Câmara: o pano de fundo do embate travado entre governo e Congresso é a disputa por maior controle do Orçamento da União

BOA VIZINHANÇA

Governo prepara uma série de acenos ao Congresso



CALENDÁRIO PARA PAGAMENTO DE EMENDAS

O governo planeja a apresentação de um cronograma para a liberação de emendas com programação de empenho até julho.

Outro motivo de irritação foi o veto de Lula a R\$ 5,6 bilhões de emendas de comissão. Esse instrumento tem sido usado para repassar recursos a bases eleitorais sem transparência sobre o verdadeiro responsável. — Vai ser um calendário exequível, melhor do que havia sido proposto. Os parlamentares compreendem que é impossível o Parlamento determinar a execução. Não é realista — disse o líder do governo no Congresso, senador Randolfo Rodrigues (sem partido-AP), segundo o qual as tratativas estavam em andamento antes mesmo da crise mais recente.

Para parlamentares da base, a previsibilidade nos repasses pode ajudar a acalmar os ânimos. — Vamos apresentar esse cronograma como um compromisso oficial do governo. O formato do documento ainda será definido — disse o deputado Carlos Zarattini (PT-SP), que coordenou a atuação do governo no Congresso nas discussões sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em outro gesto, Lula afirmou a Lira que não vai interferir na sucessão do comando da Casa, em fevereiro de 2025. Segundo o deputado, Lula afirmou a Lira que não vai interferir na sucessão do comando da Casa, em fevereiro de 2025.

ELEIÇÃO PARA A PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

Lula afirmou a Lira que não vai interferir na sucessão do comando da Casa, em fevereiro de 2025.

nome que alas do Planalto veem com ressalvas. Lira deseja ser o condutor do processo e, na conversa, ambos concordaram que ainda é cedo para iniciar os debates.

De acordo com articuladores do governo, a única

hipótese de o Planalto trabalhar para interferir na eleição seria se houvesse chance de um candidato bolsonarista se viabilizar na corrida, cenário hoje distante. Lula também não quer repetir o que avala como um erro do governo: Dilma Rousseff, quando o PT lançou, em 2015, o deputado Arlindo Chinaglia (SP) para enfrentar Eduardo Cunha, então no MDB, na Câmara. Eleito presidente da Casa, Cunha se tornou o principal aliado da petista, contra quem abriu o proces-



Insatisfação:

Esse prazo substituiria o que foi incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pelos parlamentares, mas vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



DESTRUIR RECURSOS DA SAÚDE

Ao longo da semana passada, governistas afirmaram que mais de

R\$ 2 bilhões

em emendas alocadas na Saúde começaram a ser pagas.

que não foram usados durante a pandemia de Covid-19.

Insatisfação:

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e outros parlamentares chegaram a apresentar um requerimento direcionado à

ministra Nísia Trindade pedindo explicações sobre critérios para o direcionamento de verbas.

Insatisfação:

Alas do Palácio do Planalto veem com ressalvas o líder do União Brasil, deputado Elmar Raczimento (BA), hoje o mais cotado para disputar com o apoio de Lira.

(continua em 5)

so que levou ao impeachment. Na reunião, Lira também acertou que terá um canal mais direto com Lula de agora em diante.

Da conversa, saiu ainda um esboço de acordo em outro tema que vinha incomodando o Congresso: o repasse de recursos ao Ministério da Saúde. Lira e outros parlamentares chegaram a apresentar um requerimento direcionado à ministra Nísia Trindade pedindo explicações sobre critérios para o direcionamento de verbas. Houve o pedido de Lira para um encontro entre técnicos do Congresso e do Planalto para que fosse possível chegar a uma conclusão sobre o assunto.

Ao longo da semana passada, governistas afirmaram que mais de R\$ 2 bilhões em emendas alocadas na Saúde começaram a ser pagas. De acordo com congressistas, o acordo era que o valor fosse alcançado ainda no ano passado, mas o montante parou em cerca de R\$ 300 milhões. Uma portaria publicada pelo Ministério da Saúde vai possibilitar ainda que estados e municípios sejam abastecidos com outra fonte de recursos: R\$ 17 bilhões que não foram usados durante a pandemia de Covid-19. Ainda que a pasta ressalte que faz destinações baseadas em critérios técnicos, a ação nas bases eleitorais em uma área sensível, em ano de eleição municipal, poderá funcionar como um agradado aos parlamentares das regiões beneficiadas.

VETOS PRESIDENCIAIS

Na conversa para apaziguar as tensões, Lira pediu a Lula também uma sinalização de que haverá mais atenção aos vetos presidenciais, principalmente em projetos que passaram por longa discussão no Congresso e envolveram acordos, inclusive, com a base governista. O projeto de lei sobre os agrotóxicos, por exemplo, foi aprovado com um texto relatado pelo líder do PT no Senado, Fabiano Contarato (PT-ES), após tramitar por mais de 20 anos. Os vetos feitos por Lula ao projeto, bandeira da bancada ruralista, causaram forte irritação entre os parlamentares.

No Palácio do Planalto, a intenção é atender as demandas dos parlamentares para conseguir avançar na pauta econômica o máximo possível até junho, já que as eleições municipais devem impor outro ritmo ao Congresso no segundo semestre. Mesmo com uma ampla aliança, o governo não tem uma base sólida para aprovar todas as pautas que deseja e terá que negociar, projeto a projeto, como fez ano passado.